

Exclusão Social – Deficientes Físicos

Apesar da lei, deficientes continuam sem espaço no mercado

A lei que obriga as empresas com mais de cem funcionários a preencher o quadro de pessoal com uma cota de portadores de deficiência ainda não produziu resultado significativo, apesar de vigorar desde 1999. A legislação não dá incentivo às empresas e os empresários reclamam que não existe uma política para a qualificação de pessoas com deficiências.

Dos 16 milhões de brasileiros com deficiências, só 200 mil têm carteira assinada. Embora os índices ainda não mostrem reflexos desse fato, empresas de colocação de pessoal começam a perceber maior interesse pelos deficientes. O Itaú, por exemplo, criou programas para incentivar a contratação de portadores de deficiências.

(Gazeta Mercantil)

CIEE ajuda empresas a integrar estudantes portadores de deficiência

‘Elas não precisam de caridade. Precisam de oportunidade.’ É com esse slogan que o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) apresenta o seu programa de estágio para pessoas portadoras de deficiência física ou mental. Criado há dois anos, o programa já encaminhou 769 pessoas portadoras de deficiência para estágio em empresas de todo o país. Ele trabalha com estudantes portadores de deficiências físicas e mentais a partir dos 16 anos, que estejam cursando desde o primeiro ano do ensino médio ou a educação especial.

O programa atende tanto as empresas que buscam o Centro interessadas em contratar pessoas portadoras de deficiência, quanto os estudantes com alguma deficiência que vão até o CIEE atrás de uma oportunidade de estágio. ‘Geralmente a pessoa portadora de deficiência pode trabalhar em qualquer área. Nossa maior dificuldade é a falta de escolaridade, já que muitos não têm acesso ao ensino regular’, conta Ana Lúcia Gentil Machado, assistente de projetos institucionais do CIEE.

Quando uma empresa entra em contato com o centro, ela recebe a visita de um funcionário do CIEE, que apresenta o programa e verifica as condições de acesso para as pessoas portadoras de deficiência. A empresa informa as vagas disponíveis, e o CIEE busca os estudantes qualificados para ocupá-las. Para isso, conta com a ajuda de nove instituições parceiras, como a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaie) e a Fundação Dorina Nowill.

A instituição também acompanha os primeiros dias de estágio do estudante portador de deficiência e ajuda na sua adaptação. Os problemas são raros, pois o CIEE já encaminha o estudante para uma função que ele será capaz de desenvolver. ‘A maior dificuldade é a falta de informação dos outros funcionários que vão trabalhar com a pessoa portadora de deficiência. Quando eles começam a conviver, os medos vão diminuindo. As pessoas percebem que não precisam passar a mão na cabeça, e sim tratar a pessoa portadora de deficiência como igual’, diz Ana Lúcia.

Já quando é o estudante portador de deficiência que procura o CIEE para encontrar uma oportunidade de estágio, o centro vai em busca de uma empresa interessada em contratá-lo. ‘Nestes casos, ele geralmente já estuda no ensino regular e já superou diversas barreiras’, afirma Ana Lúcia. O estudante também pode conferir as vagas oferecidas pelas empresas através do site do CIEE, no endereço www.ciee.org.br.

Em dezembro de 2001, o programa do CIEE contava com 142 empresas participantes, que tinham em seu quadro de pessoal um ou mais estagiários portadores de deficiência encaminhados pelo Centro. Além dos estagiários, o CIEE também encaminha pessoas portadoras de deficiência para trabalho regular em empresas.

Nome da Instituição: Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)

Contato: Ana Lúcia Gentil Machado, assistente de projetos institucionais do CIEE

Endereço: Rua Tabapuã, 540, Itaim Bibi - São Paulo – SP

Telefone: (11) 3040-9810 ou 3040-9402

Site: www.ciee.org.br

E-mail: programappd@ciee.org.br

Deficientes esbarram na formação

Apostar em concursos pode ser uma boa opção para portadores de deficiência. Como podem contar, por lei, com 5% das vagas oferecidas, a concorrência é menor para fazer a prova, dizem coordenadores de cursos preparatórios.

"O setor público emprega mais deficientes do que o privado e concentra cargos na área de serviços, mais adaptáveis a alguns tipos de deficiência", ressalta José Pastore, 66, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (Universidade de São Paulo) e autor do livro "Oportunidades de Trabalho para Portadores de Deficiência".

A legislação determina que as empresas privadas com mais de cem funcionários destinem de 2% a 5% dos cargos a deficientes. Concursos que exigem nível médio de escolaridade, como escrevente técnico e escriturário, costumam ocupar todas as vagas.

Mas, quando se trata de carreiras de nível superior, a situação muda. No Banco Central, a reserva para os cargos de analista e procurador nunca foi totalmente preenchida, e apenas 11 deficientes foram aprovados em todos os concursos realizados desde 1983.

Para Pastore, "poucos deficientes se qualificam porque a maioria não chega a fazer faculdade". Nem sempre é assim. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, 42, hoje é procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, apesar de ter sofrido adversidades por ser cego.

Em 1990, foi aprovado no concurso para juiz do trabalho, mas impedido pela comissão médica de assumir a função. Isso porque o deficiente precisa passar por dois exames: um na inscrição -para constatar a deficiência- e outro após a aprovação, para saber se pode trabalhar na carreira.

Para analisar melhor a aptidão do candidato, a comissão deve ter profissionais da carreira pretendida, não apenas médicos, segundo o decreto federal nº 3.298/99, válido só para concursos federais.

Desde 1999, está em andamento na Câmara Municipal de São Paulo um projeto de lei para tornar obrigatório esse decreto nos concursos realizados pelo município. Quem se sentir lesado pela análise pode recorrer à Justiça, usando o decreto federal como argumento.

(Folha de S. Paulo)

A hora e a vez dos deficientes

Em um mercado globalizado, onde a competitividade e o lucro são os fatores que regem o andamento das empresas, a questão da inclusão social para deficientes pode parecer um pouco distante.

Porém, nos últimos anos, a situação destes profissionais que esperavam a sua oportunidade mudou. Empresas, sociedade, governo federal e os próprios deficientes entraram em cena alterando este perfil comportamental.

Com a fiscalização do Ministério do Trabalho para que seja cumprido o Decreto nº 3.298, que determina a inclusão do portador de deficiência na sociedade, as empresas estão se mobilizando para a contratação dessas pessoas.

No artigo 36, o decreto retoma a Lei nº 8.213, de 1991, que obriga instituições acima de cem funcionários a admitirem 2% de deficientes e, acima de mil, 5% de portadores de deficiência.

De acordo com Marta Gil, socióloga e gerente executiva do projeto Rede Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação (Saci), que atua há dois anos na inclusão do deficiente no mercado de

trabalho, a sociedade começou a melhorar no sentido de auxiliar os deficientes. "Houve uma mudança no comportamento da sociedade, o que possibilitou inserí-los no mercado", comenta.

A tecnologia também possibilita que o deficiente desempenhe seu papel no mercado, longe dos acidentes de trabalho.

A empresa Medley Indústria Farmacêutica, de Campinas, tem 23 portadores de deficiência em seu quadro de funcionários. São deficientes físicos, mentais, auditivos e visuais.

A empresa contrata funcionários desde janeiro de 2001 e o desempenho tem despertado o interesse natural dos departamentos em abrirem novas vagas.

De acordo com Rachel Sampaio, analista de recursos humanos da empresa, o projeto de portadores de deficiência "é oferecer igualdade e oportunidades para que eles tenham os deveres iguais aos demais funcionários da empresa", conta. "Muitos tiveram pela primeira vez a carteira profissional assinada. Assim, eles são tratados como cidadãos, já que contribuem para a sociedade e a família", diz.

A socióloga diz ainda que as contratações não estão sendo impostas. Ao contrário, a adaptação está acontecendo aos poucos. "Muitos funcionários deficientes servem como exemplos", finaliza.

O mercado para deficientes está em plena expansão, tanto que São Paulo vai sediar a I Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação e Inclusão ReaTech 2002.

O evento vai acontecer entre os dias 21 a 24 de março, no Centro de Exposições Imigrantes, e vai reunir importantes fornecedores de produtos, serviços, tratamentos e medicamentos do Brasil e exterior, voltados para pessoas portadoras de deficiências físicas, sensoriais ou mentais.

(Diário de S. Paulo)

Dia 07.06.01 às 16h44min

Ex-detento critica papel das empresas dentro das prisões

Natasha Madov

Especial para o GD

Com uma história de vida que por si só já o faria um expert em exclusão social, o educador Roberto da Silva criticou como o empresariado se posiciona em relação à exclusão social e criminalidade.

"Não adianta se aliar a quem gerencia a exclusão; é preciso combatê-la," disse ontem, durante plenária na Conferência Nacional de Empresas e Responsabilidade Social, realizada pelo Instituto Ethos em São Paulo.

Silva, de 43 anos, que foi interno da Febem e cumpriu pena na Casa de Detenção de São Paulo, é assessor do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), hoje se dedica à implantação, no Estado de São Paulo, do modelo de gestão comunitária das prisões denominadas "Centros de Ressocialização".

Para ele, quando a iniciativa privada mantém o ciclo de exclusão ao ajudar a manter instituições como a Febem ou Carandiru, que pouco fazem efetivamente para integrar seus internos à sociedade de uma maneira digna.

Outro hábito digno de crítica é o fato dos produtos e serviços destinados ao sistema penitenciário sempre serem de baixa qualidade, como se os que ali estão não merecessem condições mínimas de vida. Nos Estados Unidos, exemplificou, as companhias são responsáveis pelos danos que seus produtos e serviços causam aos presos.

Entre as atitudes que podem ser tomadas, está o uso de mão de obra presidiária e o apoio de projetos de educação e cidadania para detentos.

O livro da vida deles

Para a maioria dos leitores, Estação Carandiru, do médico Drauzio Varella, há quase quatro meses na lista dos mais vendidos do País, descreve uma realidade fantástica, quase um universo paralelo. Fala da vida de homens confinados, de suas regras de sobrevivência e códigos de conduta.

Para alguns dos seus leitores mais recentes, contudo, o livro editado pela Companhia das Letras é real até o último ponto. Para eles, expressões como sangue-bom, laranja e maria-louca têm tradução imediata e uso cotidiano. Eles são os personagens do livro, os próprios detentos. Sob a tutela do agente penitenciário Waldemar Gonçalves, 25 exemplares foram distribuídos no presídio paulistano, onde vivem cerca de 7.200 homens. A distribuição exigiu uma estratégia minuciosa e decisões hábeis, para que eventuais filas de espera não se tornassem um foco de conflito. No Carandiru, evitam-se fagulhas.

Um dos volumes caiu nas mãos de Róbson Santana, 21 anos, condenado a seis anos e quatro meses por assalto à mão armada. Além de ter driblado o ócio, que é "a oficina do demônio", Róbson utilizou a obra como uma espécie de manual de sobrevivência. "Para gente como eu, primária, o livro ensina que a vida aqui é muito diferente do que lá fora. Tem que controlar o sistema nervoso para não ficar louco", diz o detento. "Eu aprendi a lidar com a malandragem tendo humildade e, principalmente, uma palavra só. No crime, malandro não tem duas palavras, é uma definida."

Os detentos que já leram Estação Carandiru - um número que a estrutura carcerária não tem condições de calcular ainda - reconheceram em suas páginas as regras que organizam seu convívio, não escritas, mas aplicadas com rigor muitas vezes maior do que leis previstas na Constituição Federal. Delatar, não pagar dívida, desrespeitar a visita alheia e cobiçar a mulher do próximo, por exemplo, são crimes inafiançáveis.

Marcelo Silva Gomes, 24 anos, condenado a dois anos por assalto, aprendeu com a leitura a se proteger da Aids. "Ficava só descabelando, no cinco contra um, até o desespero. Aí eu cogitei os afeminados, que são o alívio do detento. Mas depois de ler o livro do doutor, vi que é sem futuro", explica o rapaz.

"Antes eu não tinha noção da Aids, agora fiquei ligeiro no procedimento e sei me prevenir. Antes eu via, agora eu enxergo", diz o detento.

Edmilson de Souza, 31 anos, condenado a 13 anos por seqüestro, já estava no Carandiru na data mais famosa do presídio, dois de outubro de 1992, quando o batalhão de choque da PM invadiu a cadeia e, oficialmente, matou 111 presos. Os últimos capítulos do livro relatam o acontecido segundo a versão dos presos. "O livro pegou o fio da meada, mas cada um que estava lá vai dizer o que viu. Para mim, parecia o Vietnã", diz Edmilson. "Eu carreguei bastante cadáver e tive muita sorte."

O colombiano Antônio Luís Ariza, preso pela primeira vez, condenado por tráfico de cocaína a quatro anos de reclusão, se impressionou com a descrição do massacre. "Tenho medo que isso venha a ocorrer novamente. Lendo o livro percebi que a rebelião poderia ter sido evitada com mais diálogo." Ele gostaria de mandar um exemplar de Estação Carandiru para sua família, na Colômbia, mas está indeciso. "Tenho medo de assustá-los."

Antonino Miano, condenado a nove anos por tráfico, também pensou em sua família quando leu o livro. E chorou. "Eu me emocionei pois estou sofrendo o mesmo problema que o seu Chico, faz quase um ano que não vejo meus filhos", diz. Seu Chico é um personagem do livro, figura respeitada dentro da cadeia e cujos filhos acreditaram durante muitos anos que estava morto. "Lendo, eu senti o que ele sentia. Adorei o livro, passa a realidade nua e crua daqui de dentro", elogia Antonino, que todo dia escreve seu diário de detento, já com 350 páginas e um glossário de 200 palavras. Entre elas estão laranja (sujeito que assume crime alheio), sangue-bom (detento com atitude discreta e solidária) e maria-louca (a cachaça destilada dentro da cadeia). Será um novo best seller?

(Isto É)